Grupo de pessoal	Area funcional	Carreira	Grau	Nível	Categoria	Letra de vencimento	Número de lugares
Pessoal administrativo.	Dactilografia	Escriturário-dactilógrafo.	-	2	Escriturário-dactilógrafo principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	N, Q ou S	1
	Ligações telefónicas	Telefonista	-	1	Telefonista principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	N, Q ou S	2
Pessoal auxiliar	Vigilância de instalações, acompanhamento de visitantes e entrega e recepção de expediente.	Auxiliar administrativo.	-	-	Auxiliar administrativo principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	Q, S ou T	1

- (a) Lugar a desempenhar em comissão de serviço, com remuneração fixada em tabela autónoma.
 (b) Um lugar a extinguir quando vagar, por aplicação do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho.
 (c) Um lugar a extinguir quando vagar.
 (d) Um lugar a extinguir quando vagar.

Anexo II a que se refere o n.º 2.º

Secretaria-Geral

Conteúdo funcional da carreira de técnico auxiliar de BAD

Desempenho, junto dos técnicos superiores, a partir de orientações precisas, de funções de execução, recolha e tratamento dos elementos com vista à implementação de um sistema integrado de informação e elaboração de estudos no âmbito das técnicas de biblioteca, arquivo e documentação.

Gabinete de Informação e Relações Públicas

Conteúdo funcional da carreira de técnico auxiliar de BAD

Compete ao técnico auxiliar executar, a partir de orientações e instruções precisas dimanadas pelo pessoal dirigente e técnico superior, funções de apoio técnico, em geral.

Compete-lhe, em especial:

- Desenvolver actividades no âmbito da informação e relações públicas;
- Recortes e análises de imprensa (selecção e ordenação);
- Telex (perfuração, envio e recepção);
- Zelar pelo funcionamento e conservação do equipamento.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Portaria n.º 291/87
de 8 de Abril

A Direcção de Serviços para o Ambiente do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território compete promover a recolha da informação estatística, proceder aos estudos necessários ao planeamento do sector e coordenar a identificação e proposição dos instrumentos da política do ambiente.

Considerando que para o desenvolvimento das funções de director de serviços da Direcção de Serviços para o Ambiente se torna justificado que a escolha recaia sobre um licenciado com competência técnica e profissional comprovada pelo exercício de actividade na referida área funcional e que não é viável encontrar, a curto prazo, dentro do âmbito de recrutamento legalmente estabelecido, candidatos que reúnam tais condições;

Usando da faculdade prevista no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano e da Administração do Território, o seguinte:

1.º É alargada a área de recrutamento para provimento do lugar de director de serviços da Direcção de Serviços para o Ambiente do Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território, de forma a considerarem-se todos os outros níveis da carreira técnica superior.

2.º A publicação do despacho de nomeação será obrigatoriamente acompanhada do currículo do nomeado.

Ministérios das Finanças e do Plano e da Administração do Território.

Assinada em 20 de Março de 1987.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro do Plano e da Administração do Território, *Luís Francisco Valente de Oliveira*.